

24. SET. 1976

«Havemos de fazer um País melhor. Ninguém terá dúvidas quanto ao carácter decisivo e a complexidade das tarefas que este Governo vai enfrentar e de que já enumerei algumas das mais urgentes. Mas a ninguém é ilícito eximir-se à responsabilidade objectiva que lhe cabe na procura das soluções».

RAMALHO EANES

A VOZ DE LOULÉ

QUINZENÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

| | | | | |
|----------------------|---------|---|------------------------------|---|
| ANO XXII | 5-8-76 | Composto e Impresso GRÁFICA EDITORA | DIRECTOR E PROPRIETARIO | Redacção e Administração GRÁFICA LOULETANA |
| (Preço avulso 3\$50) | N.º 590 | Av. João Ferreira da Maia, 20 Telef. 92091 RIO MAIOR | José Maria da Piedade Barros | Rua da Carreira Telef. 6 25 36 LOULÉ |

A HORA DA ESPERANÇA

No acto de posse do Governo que há dias tomou posse, Ramalho Eanes disse: «Vivemos a Hora da Esperança. Havemos de a tornar realidade».

Eis uma frase curta que simboliza o ideal de um homem que se propõe «fazer um país melhor». Quase que só isto bastaria para nos acalantar a esperança de que, finalmente vamos viver num país de onde os seus naturais não terão de emigrar à procura de uma vida melhor, nem terão de fugir com medo de novas e cruéis ditaduras.

Em 25 de Abril de 1974 tivemos uma Revolução da Esperança, que foi traída. Dois anos depois temos a Hora da Esperança.

Que seja o despertar de uma nova era de paz e prosperidade para todos os portugueses que se sentem cansados de, durante 2 longos anos, terem vivido num país que mais não foi que um autêntico manicómio em auto-gestão.

Portugal tem agora à frente dos seus destinos um Homem íntegro que, através do muito que já disse, se mostra capaz de conduzir este país para uma «nova era na vida da Pátria» e que se mostra disposto a não

vendê-la a interesses estranhos. Um homem, que corajosamente, diz NÃO «ao ódio e ao medo», 2 sentimentos de auto-destruição de um país e que foram fomentados pelo seu antecessor sabe-se bem com que objectivos.

Leu o discurso de Ramalho Eanes e ficou com a convicção de que é necessário que «dia a dia o ensino não continue a hipotecar o nosso futuro, pela sua

demissão na formação das gerações». De que a economia há-de ser revitalizada e se porá termo a «demagogias irresponsáveis» fomentadoras de «reivindicações irrealistas». De que não teremos uma comunicação social «fomentando a agressividade e o ódio». Que tudo será feito para terminar com quaisquer formas de «irresponsabilidade e corrupção».

(continua na pág. 3)

CARTA DE LISBOA

O problema da água no Algarve

Prezado Amigo:

Cá por Lisboa vou seguindo o evoluir (?) do nosso Algarve por intermédio dos jornais algarvios dos quais o seu se distingue pela objectividade dos assuntos tratados e ultimamente também pela defesa intransigente de alguns princípios que para os oportunistas estariam ultrapassados: a liberdade e a dignidade humana por exemplo... Mas o motivo que me levou a

escrever esta missiva; a razão que me fez sair da «toca» onde me tenho conservado rodeado pelos meus livros e recordações é a mesma que o leva a si a

lutar constantemente — cada número de «A Voz de Loulé» é resultante de luta íngente — pelo nosso torrão natal, pelo Al-
(continua na pág. 3)

vel arranjar pretextos para a dominar... nacionalizando-a. E nem sequer conseguiram neutralizar os jornais «reaccionários» do Norte.

Por isso foi preciso arranjar outros pretextos para... sufocar as vozes discordantes.

E dizemos isto porque só assim se compreende que se sobre-carregue a imprensa regional com taxas postais tão elevadas que o próprio Governo reconhece serem exageradas.

E tanto assim que está disposto a subsidiar os jornais cuja vida reconheça ser deficitária. Evidentemente que essa análise pode depender de quem apreciar (apartidariamente?) a contabilidade de um jornal.

Parece, pois, muito mais lógico fixar uma taxa justa para os jornais do que elevar extraordinariamente os custos de expe-
(continua na pág. 2)

Assim vai a «Reforma Agrária»

«Numa propriedade da região das Galveias, em Ponte de Sor, os tiradores de cortiça enfrentam a seguinte situação: antes do 25 de Abril ganhavam 60 a 70\$00 por dia; depois do 25 de Abril o patrão foi obrigado a pagar-lhes 400\$00 por dia; mais tarde, os trabalhadores tomaram conta da propriedade e constituíram uma cooperativa; agora ganham 190\$00 por dia descontam-

do metade para a cooperativa; o seu salário é, portanto, de 95\$00; os trabalhadores que se recusam a trabalhar em tais condições são ameaçados pelo Sindicato de não terem emprego durante três meses. Quer dizer: com a Reforma Agrária, os trabalhadores pensavam que iam tornar-se donos das terras. Afinal, apenas mudaram de patrão. O
(continua na pág. 2)

VAMOS AJUDAR A JÚLIA?

Júlia Miguel é uma jovem fortemente marcada pelo infortúnio. Nos seus vinte e poucos anos há muitas horas de sofrimento atroz. Víctima de diabólica doença, as suas pernas não a podem deslocar. Vive sentada. Mas a incapacidade poderá ser minorada se dispuser de uma cadeira de rodas. São apenas seis mil escudos a distância que a separa de uma relativa mobilidade, distância que ela não pode vencer porque também é pobre.

A caridadezinha, por vontade dos zelosos revolucionários baladeiros, já deveria ter desaparecido, mas para isso seria necessária uma eficaz assistência social que, infelizmente, não existe... porque ainda ninguém se preocupou em fazer guerra à miséria e à fome.

Leitor amigo, a Júlia precisa de ti. Envia a tua contribuição para a nossa redacção ou para o Pároco de Quarteira, onde a Júlia reside. Acima dos esquecimentos sociais, existe um valor sublime que se chama solidariedade. Obrigado.

A RECEITA DE MENTIRAS DO DR. BARROS MADEIRA

Sr. director da «Voz de Loulé»:

Embora também a mim me falte o tempo e a arte para polémicas jornalísticas, não quero deixar de acrescentar só mais algumas palavras, antes de dar por finda esta correspondência,

Os algarvios na Austrália



Esta é a briosa equipa de futebol «Sidney Portuguese Soccer Club», constituída quase que só por jovens algarvios e que actualmente está a disputar o Campeonato da Associação de Sidney, encontrando-se em primeiro lugar com os mesmos pontos do segundo e com um jogo a menos. Com o Campeonato quase no fim as possibilidades da vitória não estão longe do seu alcance.

De pé da esquerda para a direita: Fernando (treinador), Adérito (manajero), Mike, John, Luís, José Avellino, Serafim, Luís Marcos e Ferreira (Director).

Em baixo: Mestre Chico, Luís Coelho, Joe, Ernesto e José Mestre.

A PISCINA DE LOULÉ

UM SONHO DESFEITO

Após um longo e trabalhoso processo das várias normas a que foi necessário dar integral cumprimento face às exigências da Lei, acaba finalmente de ser publicado no «Diário da República» e em «A Voz de Loulé» a escritura da dissolução da «Solarium-

Sociedade Promotora de Actividades Recreativas».

Desta forma se põe ponto final a uma iniciativa que foi tão auspiciosamente iniciada e tão tristemente abandonada como consequência do clima de desconfiança e incertezas em que o País passou a viver pouco depois do histórico 25 de Abril.

(continua na pág. 2)

VENDILHÕES DA PÁTRIA

«Depois de quase meio século de opressão responsável e dois anos de anarquia irresponsável, entre outras misérias, chegamos à da própria negação nacional. Por uma razão ou por outra, perdemos o ideal da Pátria,
(continua na pág. 4)

OS 48 ANOS MAIS OS DOIS AGORA FINDOS

«Emergimos da noite totalitária e logo tivemos de fazer face a repetidas tentativas do regresso a um passado em que só

porventura mudariam os denominadores».

Desta forma, o acto da inves-
(continua na pág. 3)

A RECEITA DE MENTIRAS DO DR. BARROS MADEIRA

(continuação da pág. 1)
Madeira, querendo sacudir a água do capote e não sabendo onde encontrar razões justificativas para o «saneamento selvagem» em que participou — e do qual eu fui vítima — nem que argumentos arranjar para «repôr a verdade dos factos» (como diz pretender) só lhe restou uma saída, que não deixou de aproveitar: a mentira, a calúnia, o enxovalho.

O dr. B. Madeira acostumado a passar receitas, pensou ter encontrado o remédio ideal para a sua inconsciência. E vai daí faz aparecer os «fascistas» que ladraram, os «vômitos fétidos», os «peões acéfalos», etc., tudo numa linguagem própria de uma pessoa ilustre e de categoria, mas daquelas que só elas compreendem o sentido daquilo que escrevem.

Para encurtar a carta, vou responder, rapidamente, ao sr. dr. Barros Madeira.

1.º — Ao contrário do que ele tem feito para comigo, eu não insultei o dr. Madeira. Limitei-me só a acusá-lo de ter tomado uma atitude injusta e sobretudo de ter escrito uma carta traiçoeira ao juiz da Auditoria Administrativa da Lisboa, procurando, com mentiras, «queimar-me», para que do meu recurso nada resultasse a meu favor.

2.º — Diz o dr. Madeira que foram ouvidas todas as testemunhas que eu indiquei. Isso é verdade. Mas só foram ouvidas depois de eu ter contestado o saneamento que a C. A. da C. M. L. já tinha feito, o que altera o sentido das coisas. Isto é, o inquiridor encarregado do processo não deu um passo sequer para apurar a verdade, pois só pretendiam levantar a primeira lebre (eu) para depois atacarem caça mais grossa, visto que o ambiente era propício para ela aparecer.

3.º — Quanto às 75 pessoas do tal abaixo-assinado, umas foram manobradas, como se provou, outras já se dirigiram a mim dizendo que não deram autorização a ninguém para pôr lá o nome delas, pois grande parte das «assinaturas» foram feitas «a rogo» e outras eram perfeitamente ilegíveis. A verdade de toda esta maquiagem é evidente, desde o primeiro momento, mas a C. A. da C. M. L. só estava interessada em ver para um lado.

4.º — É mentira do dr. B. Madeira quando diz que eu estava inscrito na ANP desde 30-1-1962 com a quota de 30\$00. É de tanto mentira quanto a ANP, salvo erro, só foi fundada em 1969! O sr. Doutor, continuando a confundir as coisas, ainda se engana nalgum medicamento e lá vai o doente para os anjinhos. Isto é grave, sr. doutor.

5.º — A verdade é que eu nunca deixei de afirmar ter sido sócio da ex-União Nacional. Em certa altura da minha vida, estando desempregado, algumas pessoas de Loulé, procuraram arranjar-me emprego e conseguiram, tendo uma delas — elemento responsável da secção de Loulé da U. N. — tempos depois, «sugerido» que eu pagasse uma quota àquela organização, pois «andavam com dificuldades de verba». Não vi na altura grande mal em pagar uma quota de 30\$00 por ano, o que dá exactamente 2\$50 por mês! Mas o dr. Madeira, porque nunca teve necessidade de passar por situa-

ções destas, não é capaz de compreender.

6.º — Também é mentira o dr. Madeira dizer que eu fui «activista». A minha «actividade» limitou-se, como já disse, à quantia de 2\$50 por mês. Já o mesmo não poderá dizer o sr. doutor, que talvez não pagando quota, tinha e ainda tem muito boas relações de amizade com simpáticos e activistas do antigo regime, algumas das quais até desempenharam cargos de alta responsabilidade política. Não será isto ser na verdade activista?

7.º — Diz ainda o dr. João B. Madeira que se «congratula sinceramente com a decisão da Auditoria Administrativa» de Lisboa que considerou ilegal o «saneamento selvagem» que ele e outros me fizeram. O sr. doutor não dá a mão à palmatória, pois o que diz não passa de cinismo e de mais cinismo.

É já tempo de acabar com esta carta, que já vai longa e disso, não vale a pena entrar na chamada «lavagem de roupa suja».

Aproveio a oportunidade para informar que já me encontro novamente no meu humilde posto de trabalho com o apoio dos trabalhadores e actuais dirigentes da Câmara Municipal de Loulé. Voltei a ser cobrador de taxas no mercado municipal de Quarteira. Simbolicamente, no dia em que reentrei ao serviço fui recebido com foguetes pelas pessoas que me esperavam. Eis uma coisa que nunca acontecerá em Quarteira ao dr. Barros Madeira nem aos seus acompanhantes de «saneamento selvagem», a maioria dos quais o povo Quarteirense desconhece ou ostensivamente ignora. Até porque não são merecedores de melhor tratamento.

Q. M.

Assim vai a «Reforma Agrária»

(continuação da pág. 1)
patrão, agora, é a Cooperativa. Lemos esta notícia no «Tem-po» mas já antes tínhamos conhecimento do facto aqui narrado. Só nos faltava conhecer mais pormenores, para termos a confirmação daquilo que sempre pensámos (e até temos escrito) acerca da chamada «Reforma Agrária».

É triste pensar como mais uma vez se enganou o povo ingénuo e bom que acreditou no «slogan» de «a terra a quem a trabalha», fazendo-o acreditar que passaria a ser o novo dono e senhor das terras dos latifúndios. Pura ilusão.

Confirma-se agora (para os ingénúos sabermos) que os trabalhadores alentejanos apenas mudaram de patrão que afinal até lhes paga menos, pois agora já nem têm patrões para escolher.

O povo não alcança facilmente que os homens sérios e de poder apenas se servem dele para alcançar o mando, mas que depois o despreza... como coisa inútil.

Vejam-se já o exemplo concreto

PROPRIEDADE VENDE-SE

No sítio da Goncinha (a 1500 metros de Loulé) vende-se uma courela de terra com várias árvores de fruto, podendo servir para construção. Tem casa de habitação com 4 divisões.

Informa: Marquinhos Fome, no próprio local.

VENDE-SE

Betoneira, com capacidade de 350 l. Motor eléctrico e guincho Beta. 500 kg. com cavalete.

Nesta redacção se informa.

VENDE-SE

Um prédio antigo, que serviu de fábrica de curtumes, na Rua do Poço. Bom para construção nova. Tratar com José de Sousa Victorino — Telef. 62130 — LOULÉ.

de Angola e Moçambique cujos chefes se apoiaram no povo para poderem implantar uma feroz ditadura e agora não se importam que o Povo morra de fome. É esta a grande lição para os «progressistas» que ainda sonham com a tal sociedade «mais justa» de que nem eles beneficiam.

Só é pena que não aceitem ofertas de passar 1 mês ou 2 em Angola ou Moçambique para melhor conhecerem o que é realmente o comunismo... na prática.

Os portugueses já não precisam ir à Rússia para ficarem vacinados contra esta doença. Basta irem à África onde (ainda) se fala português.

A Voz de Loulé, n.º 590, 5-8-76

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LOULÉ ANÚNCIO

(2.ª publicação)

No dia 26 do próximo mês de Outubro, pelas 11 horas, à porta do Tribunal Judicial desta comarca, nos autos de carta precatória n.º 68/76 que correm termos pela 1.ª secção, vinda do 5.º Juízo Cível da comarca do Porto e extraída dos autos de execução por custas e pedido n.º 8712, da 2.ª secção, em que é exequente o Ministério Público e executada Clotilde — Mineira de Sais Alcantaras, S. A. R. L., com sede na Quinta de Betunes, freguesia de S. Clemente, em Loulé, há-de ser posto em 1.ª praça para se arrematar ao maior lance oferecido acima do valor indicado nos autos, um auto pesado de carga de marca «Volvo», modelo NB-88-44, de 1969, com a matrícula FL-51-73, penhorado àquela executada e do qual é depositário José Maria Gonçalves Pereira, legal representante da mesma e residente em Loulé.

Loulé, 1 de Julho de 1976.

O Juiz de Direito, 1.º sub.º

a) Miguel Teixeira Ribeiro

O Escrivão de Direito,

a) João do Carmo Semedo

A PISCINA DE LOULÉ

Um sonho desfeito

(continuação da pág. 1)

Lançada nas páginas deste jornal aquando da euforia dos «títulos» e «acções» (e portanto numa época em que havia abundância de dinheiro) a ideia de se construir uma sociedade por acções para se construir uma Piscina em Loulé, teve o mais caloroso acolhimento.

De todo o País e do estrangeiro, onde pulsa o coração de um verdadeiro louletano, nos chegaram entusiásticas adesões, palavras de apoio e muito dinheiro para a realização de uma obra que muito valorizaria a nossa terra.

Apesar de parecer estar fora de dúvida que se tratava de um importantíssimo melhoramento local, a verdade é que as entidades responsáveis tudo fizeram para travar o prosseguimento dos trabalhos, num firme propósito de criar dificuldades insuperáveis. Parecia que havia um medo insondável de valorizar o Parque Municipal com um recinto onde a mocidade se divertisse... brincando com a água.

Nunca conseguimos perceber a quem interessa que o Parque Municipal de Loulé continue a ser um local sem atractivos que convidem a população local a disfrutar a frescura das suas sombras.

Também não percebemos porque tanto antes como depois do 25 de Abril nunca surgiu um gesto de solidariedade, uma palavra de estímulo ou uma ajuda de entidades oficiais reveladores de interesse para com a realização de uma obra de que a Vila de Loulé seria a principal e única beneficiária.

Apesar de tanta indiferença e de tantas dificuldades, só desmonecemos prosseguir com a ideia da construção da Piscina depois que os assaltos à propriedade privada começaram a denunciar os ínvios caminhos da nossa «Revolução».

Se tudo era do povo e para o Povo... só o Estado poderia fazer obras para o Povo... ao serviço do Povo.

A Piscina seria construída com capitais de pequenas poupanças de pessoas que cederam o seu dinheiro só para ajudarem a construir uma obra que seria de todos e para todos... mas de onde se esperava algum rendimento para cobrir os elevados encargos de manutenção de um serviço de utilidade pública.

A imprensa regional e os seus problemas

LIBERDADE SOB TUTELA

(continuação da pág. 1)

dição para... depois subsidiar os jornais.

Se os C. T. T. são do Estado não se percebe porque há-de este subsidiar os jornais em benefício dos C. T. T.

Se é que se trata de um organismo autónomo, pois o Estado que subsidia os C. T. T. mas deixa a imprensa livre de pelas burocráticas que a amarram a um servilismo que não se coaduna com a democracia que se apregoa agora.

Porque há-de a imprensa regional aceitar a tutela do Estado, disfarçada em «ajuda» para os selos?

Só para ficar dependente do Governo?

Será a isso que pretendem chamar liberdade de imprensa? «A Voz de Loulé» não aceita a canga da dependência do Estado, através de subsídios.

No tempo da «outra senhora» havia jornais que recebiam subsídios do Almirante Tenreiro, da S. N. I. e da U. N. para... fazerem propaganda do Estado Novo.

Não, nunca aceitámos. Preferimos ser livres de tutelas estatais. E nisso fomos intransigentes, pois queríamos ter liberdade de criticar os erros que pudessem apontar.

Essa obra nunca seria construída com mira de lucro... porque ninguém esperava obter juros do capital empregado. E isso sabe-se por experiência das muitas piscinas que há por esse país.

Contudo, ainda recentemente alguém teve a coragem (!) de dizer (numa entrevista ao Em. ssor Reginal de Faro) que a Piscina não se «fez porque ela seria construída com a mira do lucro, o que agora já não seria possível».

Só isto. E veja, o caro leitor, como é que é possível alguém poder pensar em fazer alguma coisa em Loulé... para Loulé.

Felizmente que esses são uma minoria derrotista e por isso não podemos terminar sem agradecer a todos os amigos que quiseram colaborar connosco para que a Piscina de Loulé fosse uma realidade.

Essa colaboração jamais será esquecida.

Resta-nos acrescentar que o dinheiro das acções está à disposição de todas as pessoas que se subscreveram e que brevemente se procederá ao encerramento das contas.

Apesar das elevadíssimas despesas feitas com as escrituras de criação e dissolução da sociedade, despesas de expediente e com pessoal da contabilidade, tanto o valor das acções já pagas como as que faltam pagar, será entregue pela totalidade, visto que os juros recebidos chegam para as despesas, as quais ainda não estão totalmente apuradas.

JOSÉ MARIA BARROS

Festival Internacional de Cinema Amador

De 9 a 15 de Agosto, realiza-se na sala do Boa Esperança Atlético Clube Portimonense, o VI Festival de Cinema Amador do Algarve.

Foi agora divulgado o elenco que formará o júri para o festival que será constituído por: Américo César Teixeira Santa Cruz; João Aires de Góis Reis; Armando Henriques Rodrigues Louro; Helder de Matos Nunes; Eduardo Santos.

Só que não pudemos dizer mais porque a censura tudo condicionava.

Mas queremos dizer agora que não aceitamos mendigar subsídios do Estado porque os consideramos uma tentativa vergonhosa e hipócrita de sufocar uma voz que deseja ser livre, num país que se quer seja livre.

Se o próprio Presidente da República disse há dias que «precisamos de órgãos de comunicação social que não sejam factores de perturbação, veículos de mentiras, difamações ou injúrias, campos de batalha fomentando a agressividade ou o ódio», nós não percebemos porque esta atitude de nos condicionar a liberdade de servirmos a verdade do Povo.

Apelamos para o bom senso do novo Ministro da Comunicação Social no sentido de encontrar uma solução justa para o grave problema da imprensa regional.

Acreditamos que medidas deste tipo tivessem razão de existir durante o «gonçalvismo», mas com um governo P. S. a dirigir este País, francamente não percebemos o porquê destes subsídios.

Então não é verdade que se pretende uma imprensa livre e democrática?

Móveis em todos os estilos a preços acessíveis — só na

CASA SIMÃO

(A MOBILADORA)

António Simão Viegas, Ltd.º

Telef. 62110 LOULÉ

O problema da água no Algarve

(continuação da pág. 1)
garve, pelos nossos irmãos algarvios.

Deixemos as divagações para um dia mais tarde. A razão concreta desta minha carta assenta na falta de água que se faz sentir no Algarve, problema que aliás já abordou no seu jornal.

A água passou a ser, aos olhos dos economistas e ecologistas, um bem natural raro. A procura é cada vez maior — e o seu desperdício também — e é inviável o progresso regional sem água abundante e barata. Ela é extremamente necessária para a manutenção dos agregados populacionais em boas condições alimentares e higiénicas; ela é mais que fundamental para a indústria; ela continua a ser a base indispensável a uma agricultura intensiva, policultural, rica e socialmente útil — só a água proporciona o escalonar ao longo do ano, de forma equilibrada, da mão-de-obra —. Sem a água não há progresso; sem água não há vida. Ela condiciona o viver colectivo da sociedade humana.

Sem água temos o deserto e a miséria. Com abundância daquele precioso líquido o progresso pode atingir — depende do querer do homem — níveis permissíveis ao seu viver económico-social e político de acordo com a dignidade humana.

Mas a água utiliza-se também como força motriz produtora de energia eléctrica.

Como se sabe ultimamente e devido ao progresso urbano-industrial tem vindo a crescer a necessidade de energia motriz que ingenuamente o ocidente fez depender, quase que totalmente, de reservas naturais esgotáveis no tempo — o petróleo (1) — matéria prima propriedade de

reduzido número de países. Estes que recentemente «acordaram» e verificaram que eram detentores de potente poder político ao mesmo tempo reconheceram a ameaça eminente da exaurição da sua principal matéria prima suporte das respectivas economias. Iniciaram por isso crescentes aumentos do preço das ramas petrolíferas. Resultado: a economia mundial dos países dependentes vacila e a nossa, por essas razões e por outras que bem conhecemos, está a resvalar para o abismo da falência...

Não admira, pelo que disse atrás, que esteja a verificar-se intensa publicitação destes dois temas, água e electricidade.

A estiação intensíssima que se desenvolve em Portugal e aliás em toda a Europa não tem permitido que os reservatórios — albufeiras — se enchessem na altura devida; as centrais termo-eléctricas accionadas por derivados de petróleo limitam a sua produção por razões de poupança e até, no nosso caso, por ausência de divisas e a sociedade humana assente no seu viver quotidiano na energia eléctrica, vê com enorme ansiedade a instalação progressiva de restrições cada vez maiores ao seu consumo presente e próximo futuro.

Recentemente um porta-voz e técnico da Direcção-Geral de Electricidade, engenheiro Pedro Caetano, afirmou à imprensa que «não há energia eléctrica que chegue para os actuais níveis de consumo do País», já que, continuou a afirmar, «Portugal atravessa a maior seca dos últimos 50 anos, o que acontece, de resto, em quase toda a Europa e, mesmo que nadasse em divisas estrangeiras e quizesse importar energia eléctrica, o que acontecia é que não encontrava neste momento quem lhe vendesse» (2).

Presentemente temos um contrato com a França que «termina nos primeiros dias de Outubro», e acontece também que: «aquele país começou já a tomar medidas no sentido de serem evitados gastos superfluos em França, devido à seca prolongada em toda a Europa; e a chuva continua afastada deste canto do planeta» (3).

Pergunta-se o que acontecerá quando a França deixar eventualmente de nos vender energia eléctrica se ao mesmo tempo a chuva não cair copiosamente para o interior das nossas (e das dela) barragens?

Portugal assentou a sua política energética-eléctrica em centrais termo-eléctricas e na energia hidráulica mas certo é que a evolução (benéfica) dos consumos não foi acompanhada nem pelo justo aproveitamento das nossas potencialidades hidro-eléctricas (4) nem pelo desenvolvimento de outras fontes de energia produtoras de electricidade nomeadamente a atómica.

Esta última fonte energética, espalhada já por inúmeros países desde a Rússia à França, Alemanha, Estados Unidos da América do Norte, etc., que nos poderia resolver o problema gofre no País, como aliás lá fora, forte contestação derivada de eventual mas potencial perigo de contaminação atómica e consequente poluição do ambiente.

Quando surgirá em Portugal um relatório responsável, isento de qualquer subjectividade e até afastado de nefastas influências dos grandes imperialistas produtores de bens de consumo e de outros e que comandam o comércio mundial? (Como se sabe os países vendedores nunca desejam que os seus habituais clientes se autoabastecem). Para quando dizia eu, surgirá um relatório que nos diga, a nós pagantes e ávidos de electricidade para as nossas fábricas e ruas, para os nossos motores, para os frigoríficos, lava loiças, televisores, para o nosso viver de todos os dias, se, efectivamente, é certo que os países actualmente possuidores de centrais termo-nucleares tendem para a morte pela poluição atómica. Que nos expliquem se as centrais eléctricas movidas pela energia atómica devidamente defendidas pela tecnologia anti-poluente, são ou não são perigosas para o homem.

Mas meu caro Piedade Barros desculpe-me a divagação pois o problema que lhe queria pôr e aos seus amigos leitores de «A Voz de Loulé» era muito mais simples. Trata-se como já disse unicamente do problema do Algarve.

É que as lamentações dos algarvios e dos seus porta-vozes são intensas e as tentativas para a obtenção daquele precioso líquido estão a multiplicar-se sem grande sucesso diga-se de passagem. No entanto e mesmo assim podem servir para que os ressequidos algarvios, que vêem os seus poços e noras, e as suas torneiras domésticas cada vez menos água comecem a «alienarem-se» e a convencerem-se ingenuamente que o problema se resolve com barragens de terra do tipo da Cortelha e da Barrada — cerca de 5 e 7 ha de terrenos a beneficiar — ou com a descoberta de mananciais subterrâneos que, como sabe é evidente, são esgotáveis no tempo. A água subterrânea superficial é proveniente da infiltração das águas pluviais que caem na «serra» ali sem grande possibilidade de infiltração — para quando a sua florestação? —. Cada ano que passa os queixumes dos lavradores que usam desse tipo de abastecimento são mais intensos pois verifica-se o abaixamento constante das toa-lhas subterrâneas nomeadamente nos arredores de Faro. As águas muito profundas por sua vez são geralmente irreconstituíveis, nomeadamente as fósseis.

17-7-76.

(Continua no próximo número)
ANSELMO DO Ó

(1) «As estimativas sobre a reserva petrolífera mundial revelam que ela mal chegará para cobrir as necessidades até ao final deste século».

(2) «A Luta» de 8 de Julho de 1976.

(3) «A Luta» de 22 de Junho de 1976.

(4) As barragens de Alqueva e da Rocha da Galé a construir no Guadiana permitiria lançar para a rede eléctrica nacional cerca de 500 GW anualmente.

NOTÍCIAS PESSOAIS

PARTIDAS E CHEGADAS

nossas sinceras felicitações, com votos de feliz vida conjugal.

FALECIMENTOS

No hospital de Loulé, faleceu no passado dia 1 de Julho o sr. Manuel Pires, que contava 66 anos de idade e deixou viúva a sr.ª D. Isabel Maria de Sousa.

O saudoso extinto era pai das sr.ªs D. Maria da Pilar de Sousa Pires, casada com o sr. Francisco Palhinha Loureiro, residente em Faro; D. Maria da Glória de Sousa Pires, casada com o sr. Joaquim Farrajota da Ponte, residente em Loulé e era avô de Maria Juvenália Pires Loureiro e Joaquim Manuel Pires Farrajota da Ponte.

— Em casa de sua residência em Quarteira, faleceu no passado dia 25 de Julho o nosso conterrâneo sr. Humberto Murta Viegas, que contava 60 anos de idade e deixou viúva a sr.ª D. Rosa da Silva Brito.

O saudoso extinto era pai dos srs. Humberto Brito do Adro, negociante de peixe casado com a sr.ª D. Josefina Maria Baguinho do Adro; António José Brito do Adro, casado com a sr.ª D. Ivone Laginha Duarte do Adro e avô das meninas Maria Antónia Baguinho do Adro, Graça Maria Baguinho do Adro, José Valente Baguinho do Adro e António Manuel Duarte Brito do Adro.

As famílias enlutadas endereçam sentidas condolências.

CASAMENTO

Realizou-se na Igreja Matriz em Loulé, no passado dia 26 de Junho, o enlace matrimonial da nossa conterrânea sr.ª D. Maria de Fátima Carapinha Santos Brito, com o sr. Valdemar Henrique Batista André, filho da sr.ª D. Deolinda Baptista Silvestre e do sr. José Baptista André.

Apadrinharam o acto por parte da noiva, seus tios sr.ª D. Mariana Vilhena Barão Carapinha Brito e seu marido sr. Aníbal Guerreiro de Brito, e por parte do noivo, a sr.ª D. Maria Leonor Xavier Gomes e o sr. João Barata Cruz Gomes.

Após a cerimónia foi servido um copo de água no Restaurante «O Parque» em Faro.

Ao jovem casal endereçamos as

A hora da esperança

(continuação da pág. 1)
ção». Que teremos o «primado da seriedade e da competência», que afastará os golpistas, os oportunistas, os tachistas, os irresponsáveis e os incompetentes, que se aproveitaram da Revolução para assaltar todos os postos de comando.

Ramalho Eanes disse muitas mais verdades que se silenciava oficialmente e deu-nos também a certeza de que está firmemente disposto a dar ao País um governo que «elimine o golpismo e a anarquia a que o 25 de Novembro pôs termos».

A frente desse Governo, que acaba de tomar posse, está o Dr. Mário Soares, o Homem a quem competirá dirigir a política de um país que poderá aceitar, um socialismo em liberdade mas não um socialismo de miséria, necessariamente imposto pela via repressiva.

O novo governo é formado por homens do P. S. e foram escolhidos pelas «suas altas competências técnicas», o que é um bom sintoma de que iremos ter um governo que governe e disposto a construir uma sociedade livre, democrática e participada, com igualdade de oportunidades para todos, baseada no trabalho, no respeito pela lei e na justiça.

Falhadas que foram todas as coligações de 6 governos provisórios, pensamos que a experiência política de Mário Soares e a força do seu partido possam criar condições de estabilização para uma eficaz governação pública.

Nunca esqueceremos que foi Mário Soares o primeiro homem que, publicamente, e através da T. V., denunciou que, de novo em Portugal, «quem não é comunista é fascista», num céle-

bre discurso que ecoou por todo o país como uma autêntica bomba. E nem podemos esquecer que à sua corajosa atitude se ficou devendo a denúncia dos escandalosos casos «República» e «Renascença», que foram os primeiros toques de alarme que fez despertar este país de que era preciso, a todo o custo, evitar que, de novo, Portugal caísse numa ditadura ainda mais feroz e tenebrosa do que aquela que suportara durante 50 anos.

Estamos gratos a Mário Soares porque soube combater com inteligência e audácia as forças que quizeram aniquilar este país como Nação livre em nome duma pretensa liberdade.

...Como se um país, para ser livre, tivesse que estar forçosamente escravizado ao imperialismo do Leste, que quer imiscuir-se na vida de todos os países do Mundo com a bandeira do Partido Comunista mas que não admite que ninguém se intrometa na sua vida porque lá só se admite um partido único e um único partido que tudo manda, que tudo orienta, tudo subjuga.

Mas Portugal quer ser livre e ver-se dirigido por homens para quem o sentimento pátrio ainda é algo de que vale a pena sentir.

Os que sonham idilicamente com uma pátria única, sem fronteiras, esquecem-se que os russos sonham por essa bela teoria em prática para se aproveitarem como intermediários/exploradores das imensas riquezas de Angola, Moçambique e de todos os outros países de que sejam donos e senhores absolutos.

Os exemplos são por demais evidentes. Só os cegos de espírito não poderão ver quem são os novos imperialistas que querem dominar o Mundo inteiro.

OS 48 ANOS

mais os 2 agora lindos

(continuação da pág. 1)
tidura veio culminar um longo e penoso caminho de resistência do povo português à opressão e consagrar «a derrota das minorias que se opuseram às transformações políticas, económicas, sociais e culturais agora traduzidas num projecto de vida colectiva baseada na justiça, na igualdade, no respeito pelas liberdades e no progresso partilhado por todos».

RAMALHO EANES

SOLARIUM DE LOULÉ - Sociedade Promotora de Actividades Recreativas, S. A. R. L.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ
1.º CARTÓRIO

NOTÁRIO: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva.

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de ontem, lavrada de fls. 115 a 116, do livro n.º C — 88, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi dissolvida a sociedade anónima de responsabilidade limitada, com sede provisória na Rua Marechal Gomes da Costa, n.º 67, r/c, desta vila e freguesia de S. Clemente, com a denominação de «Solarium de Loulé — Sociedade Promotora de Actividades Recreativas, S. A. R. L.», e dada como liquidada, encontrando-se devidamente aprovadas as contas sociais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 15 de Junho de 1976
O 2.º Ajudante,

FERNANDA FONTES SANTANA

Abriu em FARO a Agência VICTOR

SERVIÇO DE FUNERAIS E TRANSLADAÇÕES
SERVIÇO INTERNACIONAL

Rua Aboim Ascensão, 11 e 11-B

Cartas ao Director

EM QUARTEIRA

FARMÁCIA PRECISA-SE

Sr. Director
de «A Voz de Loulé»

Passei uma semana de férias em Quarteira, no passado mês, e tive necessidade de adquirir alguns medicamentos na única farmácia que existe naquela localidade.

Parte dos medicamentos que eu necessitava não existiam na citada farmácia, «por se terem esgotado na véspera», segundo me informou a empregada do estabelecimento. No entanto, disseram-me mais tarde, é com frequência que faltam medicamentos na farmácia de Quarteira, tornando-se necessário que as pessoas se desloquem a Loulé ou a Faro para se abastecerem.

Que dizer, sr. director, deste estado de coisas?

Não quero também deixar de referir que, nas duas vezes que

me vi obrigado a ir comprar medicamentos, sempre encontrei a farmácia de Quarteira perfeitamente «à cunha», não dando os empregados mãos a medir para conseguirem aviar os clientes, que se cansam de esperar por aquilo de que precisam — e que às vezes não há, como acima disse e agora repito.

Não acha, sr. director, que já era tempo de haver outra farmácia em Quarteira terra bastante populosa e ainda tão abandonada? Quanto a mim, digo que sim. E oxalá que esta minha carta faça interessar alguém nessa iniciativa, pois em Quarteira uma nova farmácia é, sem dúvida, uma das maiores necessidades actuais. Estou esperançado que para o ano, quando de novo visitar Quarteira, já não tenha que me defrontar com as dificuldades que senti este ano para adquirir medicamentos que me eram imprescindíveis.

ALBERTO DE JESUS
Odivelas

NOTÍCIAS DE ALBUFEIRA

Está a causar bastante transtorno o local agora escolhido para paragem das camionetas da carreira, com graves prejuízos para a circulação de viaturas ligeiras e peões, por ser uma das zonas de maior movimento dentro da vila, dando origem a alguns desastres.

Curiosamente se verifica que a menos de 100 metros existe um amplo largo que tudo indica seria o lugar ideal para paragens das camionetas...

Parece incrível que se criem problemas de trânsito em Albu-

feira em vez de se tentar resolvê-los...

Por um grupo de proprietários e trabalhadores, procedeu-se à construção duma estrada que liga a E.N. 125 (Faro a Portimão), às zonas turísticas do Montechoro, Aldeia Turística e outras, evitando a passagem por Albufeira, que possui nesta época dificuldades de acesso.

Um problema que há tantos anos se impunha fosse resolvido e que o Povo teve que resolver por si.

VENDILHÕES DA PÁTRIA

(continuação da pág. 1)

e todos os que sabemos ler nos envergonhamos intimamente de ser portugueses. Aberta ou encobertamente, todos sentimos desonra nos nossos feitos, nas nossas heróis, nas nossas tradições, nos nossos santos e nos nossos poetas. Nas nossas virtudes, e naqueles que a soberberam encarar assinaladamente. A língua é um farapo de interjeições e de verbos errados, que mais ninguém cultiva; a história, um acervo de ignomias, que tentamos esquecer; os usos e costumes, velharias que nem o sótão da lembrança merecem, nenhum valor especificamente nosso nos parece digno de ser amado, e muito menos proclamado. Ora, uma pátria é um território balizado por essas marcas étnicas, históricas, idiomáticas e sentimentais. É o espaço telúrico e moral, cultural e afectivo, onde cada natural se cumpre humana e civicamente. Só nele a sua respiração é plena, o seu instinto sossega, a sua inteligência fulgura, o seu presente tem futuro. Mais: apagada essa chama sagrada apaga-se também em cada um de nós a vocação comunitária. Cada vizinho, de familiar, passa a estranho, e de estranho a indesejável. E, porque ela se apagou, é ver como os elos que nos uniam se partiram, e nos encontramos divididos, activa ou passivamente, inimigos dos amigos de ontem, e até de nós próprios».

(Palavras de Miguel Torga)

«O PAÍS»

Continua a chegar com regularidade à nossa redacção o excelente jornal «O País», dirigido por Nuno Rocha e Vera Lagoa e que consideramos um dos melhores semanários que se publicam entre nós e cuja leitura recomendamos a todas as pessoas que desejem estar bem informadas e actualizadas acerca do que se passa neste país.

ARRENDAR-SE EM SILVES

No melhor local da Cidade de Silves, amplo armazém, com frente toda em monstros.

De construção recente, com área coberta de 140 m², óptimo para qualquer ramo de negócios.

Trata: Competidora Comercial Louletana, Lda. — Rua Dr. Frutuoso da Silva, 45 — Telefone 62095 — LOULÉ.

CAFÉ ARIEIRO

TRESPASSA-SE

Tratar com o proprietário: António Domingos Cavaco.

Rua da Carreira — Telefone 62299 — LOULÉ.

OS PERIGOS DOS ESGOTOS PARA A SAÚDE

Uma das principais causas das epidemias de cólera que Portugal sofreu em 1971, 1974 e 1975, assim como das habituais epidemias de febre tifoide e diarreias diversas, consiste no facto de regar ou adubar hortas e outras plantações com água de esgoto que está contaminada, mesmo com as próprias fezes e urinas.

Este hábito tão prejudicial a todos nós não pode continuar, ficando a consciência de cada um encarar o problema de frente e tentar resolvê-lo.

Contudo, não é apenas essa prática a única causa, para que todos os anos se verifiquem, especialmente no verão, diarreias de causa diversa.

Temos de considerar para além de outros — contaminação da água e dos alimentos — o problema de não existir, em certas regiões, rede de esgotos, ou qualquer sistema depurador (fossa séptica, seguida de poço absorvente, por exemplo).

Em muitos locais temos ainda que enfrentar a dura realidade de ver regos de esgoto correndo a céu aberto, que se podem infiltrar no solo e contaminar a água que se bebe.

Como remediar isto se não é possível de imediato implantar redes de esgoto em todas as regiões?

Até que possamos ter o mal cortado pela raiz, através das soluções adequadas para os problemas, todos devemos colaborar para que o mal possa ser diminuído.

Assim:

— As hortas ou outras plantações (morangos por exemplo) não devem ser regados ou adu-

bados com água de esgoto ou com as próprias fezes e urina.

— Deve ser estudada, onde for possível, a construção de sistemas de fossas sépticas que sirvam pequenos aglomerados populacionais, tendo em conta que a sua construção deve ser seguida e orientada pelo eng.º Sanitário da área ou pelo Agente Sanitário do concelho.

— Todos os regos de esgoto a céu aberto terão que ser desinfectados com leite de cal.

— Convém que todos os dejectos humanos sejam desinfectados com creolina e enterrados profundamente.

ATÉ OS COELHOS FOGEM...

Milhares de coelhos chegaram à Finlândia, espavoridos, e pediram asilo político.

— Porque fogem vocês? — perguntaram-lhes.

— É que lá no nosso imenso país saiu um decreto mandando fuzilar todas as girafas que apareçam...

— Mas vocês são coelhos...

— Sim. Mas quando se conseguisse provar que não éramos girafas, já estaríamos todos mortos.

CARIMBOS?

Faça as suas encomendas na Gráfica Louletana.
Telef. 62536 — LOULÉ.

APARTAMENTOS EM QUARTEIRA

Vendem-se apartamentos em zona habitacional.

De 2 a 3 assoalhadas: de 300 a 400 contos. Com facilidades de pagamento.

Tratar com José Coelho Júnior — Telef. 65150/1-65101 e 65458 — QUARTEIRA.

ANDAR - VENDE-SE

Vende-se um andar vago, completamente independente. Espaçoso. Boa construção. Situado na Rua 1.º Dezembro (próximo do Mercado). Tem 7 assoalhadas, 2 casas de banho, 1 casa p/ roupas, arrecadação e 2 terraços.

Trata o próprio — Telef. 62747 — LOULÉ.



ARMELIM CONTREIRAS

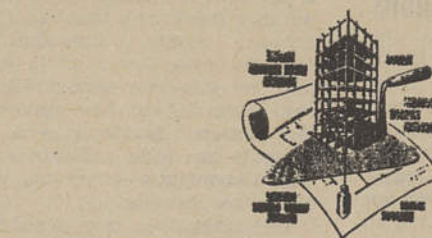
STAND DE AUTOMÓVEIS
Compra, Vende e Troca Automóveis
novos e usados

Telef. 62919

Stand: Rua Diogo Lobo Pereira
Resid.: Rua dos Combatentes da
G. Guerra, N.º 14.1.º Esq.º

(Largo do Chafariz)
Campina de Cima

LOULÉ



PARA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

PARDAL, VIEGAS & COSTA, LDA.

É A SOLUÇÃO!!!

- PRÉ-ESFORÇADOS PREMOLDE
- PAVIMENTOS DIVERSOS
- MOSAICOS
- AZULEJOS, LOUÇAS, ETC.

Apartado 30 — A1MANSIL

CASA ALEIXO

de VITALINO MARTINS ALEIXO

Aprecie o elevado stock recém-chegado

Surpreendentes objectos para brindes

Rua Ataíde de Oliveira, 9

Telefone 6 24 25

LOULÉ

AO VALOROSO CARLOS LOPES

Naquelas Olimpíadas do Estádio de Montréal
Enquanto dominavas os outros campeões...
Sentindo que brilhavas por nosso Portugal
Até a Deus, por ti, me pus em orações!...

Mas vendo ao teu abrigo, ganhar essa final
Aquele grande «gosma», sofista de ambições
que em nome dum Desporto que dizem ser leal
Roubou o teu esforço, matreiro de intenções!...

Só resta comparar, — assim como quem diz, —
Teu brio de atleta, ao esforço do País
Lutando por viver, liberto de interesseiros!

Embora seja exemplo, de forma bem diferente,
Pensei também que fostes, igual à nossa gente
Que sofre de artimanhas de tantos estrangeiros!...

MÁRIO MARQUES

Melun — France — 27/7/76

Primeiro Pop-Cross Internacional do Algarve

Promovido por Automóveis Citroën SARL e numa realização do Rocal Clube de Silves, vai realizar-se o 1.º POP-CROSS INTERNACIONAL DO ALGARVE.

Prova com características eminentemente populares e com uma expansão francamente animadora no nosso País de há uns tempos para cá tudo se parece conjugar para uma jornada desportiva e turística onde a animação e a alegria estarão presentes.

O RACAL CLUBE e a CITROËN não se têm poupado a esforços para oferecerem, em

plena época do turismo algarvio, um espectáculo colorido e emocionante.

Data: 21 e 22 de Agosto, 1976.

Local: terrenos anexos ao aeródromo de Vilamoura.

Inscrições: até 13 de Agosto, endereçadas à Citroën, Avenida Praia da Vitória, 9, Lisboa-1.

Director da Prova: Francisco Romãozinho.

Director Adjunto: Fernando Silva Pereira.

Comissários Desportivos: Eng.º Heitor de Moraes, João Mealha, José Manuel Conde e eng.º Mário Martins da Silva.

A Volta a Portugal em Bicicleta começa em Vilamoura

Esteve comprometida a realização da Volta a Portugal em Bicicleta. Motivos económicos, naturalmente. Substantial auxílio das «Apostas Mútuas» possibilita a sua realização. Vinte clubes estão inscritos, entre amadores, seniores e amadores especiais (antigos independentes). A Volta começa no dia 16, em Vilamoura, com um prólogo (contra-relógio individual de 8 quilómetros. Dia 17: Vilamoura-Loulé (45 q.) e perseguição na pista de Loulé (2); 18, Loulé-Tavira (60) e perseguição na pista de Tavira (2);

19, neutralização entre Tavira e Évora e Évora-Cadaval (162); 20, Cadaval-Mealhada (157) e perseguição na pista de Sangalhos (2); 21, Mealhada-Paredes (151); 22, Paredes-Guimarães (92) e circuito de Vila do Conde (92); 23, Vila do Conde-Espinho (130); 24, descanso em Espinho; 25, Espinho-Oliveira de Frades (90); 26, Oliveira de Frades-Covilhã (165); 27, Covilhã-Penhas da Saúde (10) e Covilhã-Sertã (135); Sertã-Alpiarça (ou Coimbra) (165); 29, Vila Franca de Xira-Lisboa, contra-relógio individual (35).

IMPRESSOS

ECONÓMICOS
RÁPIDOS
PERFEITOS

Executam-se na

Gráfica Louletana

Telefone 62536

LOULÉ

CARTAS AO DIRECTOR ATÉ QUANDO?

Fala-se muito dos jovens que com as suas motorizadas fazem um barulho tremendo a altas horas da madrugada. O que é certo é que todos nós já fomos jovens (salvo raras excepções, em que alguns já nasceram velhos... de espírito).

Talvez que, a maior parte dos que hoje criticam esses jovens não tiveram possibilidades de poluir sonoramente, mas em contrapartida poluíram a sociedade com coisas muito mais malélicas, entre as quais citaremos a poluição espiritual e até poluíram a sociedade com filhos incógnitos.

Mas tudo isto vem a propósito de perguntar se esses críticos já fizeram alguma coisa nestes últimos dois anos em benefício da não poluição sonora (canina). Sim! Porque Loulé, à noite, em algumas zonas tem muito mais poluição sonora (canina) do que motorizada.

Muitam-se jovens porque as suas (bombas) andam de escape livre e incomodam muita gente, mas os cães incomodam muito mais. Por isso perguntamos: Já alguém se preocupou em saber a quem pertencem os escapes livres (caninos) que poluem sonoramente, à noite, a nossa vila? Parece que não.

Pois fiquem sabendo senhores críticos que um cão a ladrar durante horas a fio com o respectivo acompanhamento (tenores, sopranos, contraltos e até contrabaixos) incomoda muito mais do que qualquer motorizada que passe esporadicamente em qualquer lugar.

Como provavelmente não vamos ter durante muito mais tempo o problema das motorizadas e dos automóveis (pois vamos passar a andar a pé ou a pedal — que sorte!) o melhor é irem pensando em debelar (já) a outra poluição: a canina.

R. C.

N. R. — Esta é, evidentemente, a livre opinião de um leitor deste jornal que tem o pleno direito de protestar contra aquilo que o incomoda.

PRÉDIO

VENDE-SE

Situado em Faro na Rua Manuel Belmarço, 10-12. Tem rés-do-chão e 1.º andar (próximo da Rua de Santo António).

Nesta redacção se informa.

PREÇOS

DE ASSINATURA
DE «A VOZ DE LOULÉ»

CONTINENTE

Semestre 60\$00

Ano 100\$00

ESTRANGEIRO

Semestre 90\$00

Ano 150\$00

ESTRANGEIRO — AVIAO

Semestre 140\$00

Ano 230\$00

Nota: Os preços para o estrangeiro foram ligeiramente aumentados em relação ao penúltimo número porque entretanto os C.T.T. aumentaram as respectivas taxas.

TORQUATO DA LUZ

Assumiu há dias as funções de subdirector do «Jornal Novo» o nosso velho amigo e comprouviciamo sr. Torquato da Luz, a quem endereçamos os nossos parabéns, com votos de feliz desempenho das suas novas e ingratas funções.

Varrer as enfermarias

«Samora Machel perdeu a maioria dos médicos portugueses que havia em Moçambique. Uma das razões foi porque os quis obrigar a varrer as enfermarias. Agora teve de chamar médicos de países de Leste. Os búlgaros que ali chegaram exigiram ar condicionado nos locais de trabalho e nas suas residências e automóveis, alguns com motorista às ordens...» (Tempo, 22.4.76).

CONSELHO MUNDIAL

DA PAZ?

A medalha de ouro do Conselho Mundial da Paz foi entregue a Agostinho Neto. Como se sabe, as guerras dos vencedores chamam-se «pacificações», enquanto as guerras dos vencidos são «agressões imperialistas».



NORTUR/PM-TURISMO

- * passaportes · vistos · viagens
- * voos charter · cruzeiros · excursões
- * reservas de hotéis · apartamentos e vilas
- * bilhetes de avião · comboio e camioneta
- * aluguer de automóveis sem motorista

OS MELHORES PREÇOS NAS AGÊNCIAS
NORTUR

FARO — R. Cons. Bivar, 43 — Tel. 22908-25303
LOULÉ — Praça da República, 24-26 — Tel. 62375
PORTO — R. José Falcão, 82 — Telef. 310533

pequenas
embalagens




EMULSÃO
BETUMINOSA

Shell
Composites

5 kg

- isolamentos e protecções
- pavimentos
- impermeabilizações
- enxertos e podas
- coberturas

um produto que dura e faz durar!

DISTRIBUIDORES PARA O ALGARVE
JOSÉ GUERREIRO NETO & FILHO Lda
Rua Padre António Vieira LOULÉ tel. 62283

A Voz de Loulé, n.º 590, 5-8-76

A Voz de Loulé, n.º 590, 5-8-76

A Voz de Loulé, n.º 590, 5-8-76

FERREIRA & EDUARDO, LDA.

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ
1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno
António da Rosa Pereira
da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 23 do mês corrente, lavrada de fls. 52 a 53, v.º do livro n.º C-89, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre António Ferreira Pancas, Eduardo António da Silva e Álvaro Mendes Dias, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

Primeiro — A sociedade adopta a firma «Ferreira & Eduardo, Limitada», tem a sua sede no rés-do-chão e cave, denominado loja A, de um prédio urbano — Lote A — pertencente à «Rajofe — Sociedade de Construções, Limitada», situado na Avenida Infante Sagres, da povoação e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, e durará por tempo indeterminado, a partir de hoje.

Segundo — O seu objecto consiste no exercício da indústria e comércio de restaurante, snack-bar e café, ou de uma maneira geral no exercício de todas as actividades relacionadas com a indústria hoteleira e similares, podendo ainda explorar qualquer outro ramo de negócio em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

Terceiro — O capital social inteiramente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é do montante de trezentos mil escudos, e está dividido em três quotas iguais de cem mil escudos, pertencendo uma a cada sócio.

Quarto — A cessão de quotas a estranhos fica dependente de prévio consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência.

VENDE-SE

Terreno para construção em Loulé com área de 1 hectare, nas proximidades do monumento a Duarte Pacheco.

Tratar pelo tel. 22753 — FARO.

ENFERMEIRO

Com larga experiência em tratamento e injecções.

Atende em casa das 7 às 19 horas.

Rua Ascensão Guimarães, 48-2.º-Dt. — LOULÉ.

Chamadas pelo Tel. 63078.

PRÉDIO

Vende-se um prédio com 5 divisões no rés-do-chão e 5 no 1.º andar, situado no centro da vila.

Nesta redacção se informa.

ferência em primeiro lugar e a cada um dos sócios, em segundo.

Quinto — 1. A gerência da sociedade dispensada de caução, será exercida por todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em Assembleia Geral.

2. Qualquer sócio gerente poderá delegar todos ou parte dos seus poderes de gerência, por meio de procuração em quem entender.

3. Para obrigar validamente a sociedade são necessárias as assinaturas, em conjunto, de dois gerentes ou seus procuradores, podendo, no entanto, os actos de mero expediente, ser assinados por qualquer gerente ou seu procurador.

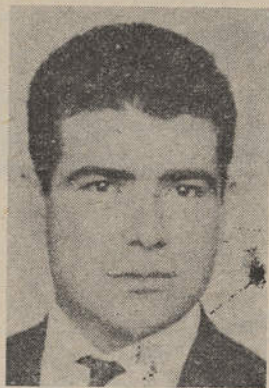
4. A sociedade não poderá ser obrigada em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como fianças, abonações, letras de favor e outros semelhantes.

Sexto — As Assembleias Gerais serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios, com a antecedência de oito dias, pelo menos, desde que a lei não exija outras formalidades.

Está conforme.
Secretaria Notarial de Loulé, 26 de Julho de 1976.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

LOULÉ



AGRADECIMENTO

DEODATO TOMÉ
GUERREIRO

Sua família, desejando evitar qualquer falta involuntária, por desconhecimento de moradas e ilegitimidade de assinaturas de todas as pessoas que, de qualquer forma compartilharam da sua dor, vem tornar público o seu agradecimento a quantos se interessaram pelo estado de saúde do saudoso extinto durante a doença que o vitimou e bem assim a todos aqueles que o acompanharam à sua última morada.

Para todos, o penhor da nossa gratidão.

DIVINO ESPÍRITO SANTO

Obrigada pela graça recebida.

M. G. S.

TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA
DE LOULÉ
Proc. 36/76

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

Na acção ordinária de investigação de paternidade que, na 2.ª Secção deste Tribunal, o Ministério Público, em representação da menor Sandra Isabel Guerreiro Mealha, move contra IDALIO DOS RAMOS CAVALARIA, solteiro, maior, agricultor, ausente em parte incerta em França e que residiu em Almarginho, Cachopo, Tavira, é este Réu citado para, no prazo de 20 dias, que começa a correr 30 dias a contar da 2.ª publicação deste anúncio contestar o pedido feito pelo Autor, que consiste em ser declarada sua filha a referida menor, conforme fundamentos constantes da respectiva petição inicial cujo duplicado lhe será entregue se o solicitar.

Loulé, 22 de Julho de 1976.

O Escrivão de Direito,
João Maria Martins da Silva

Verifiquei: — O Juiz
de Direito,
Jorge Mourão Mendes Leão



AGRADECIMENTO

HUMBERTO MURTA
VIEGAS

Sua esposa, Rosa da Silva Brito e seus filhos, Humberto Brito do Adro e António José Brito do Adro, noras e restante família vêm por este meio testemunhar o seu reconhecimento a todas as pessoas que compartilharam da sua grande dor, e se dignaram acompanhar à última morada o seu saudoso e chorado extinto, não o fazendo pessoalmente, como era de seu desejo por desconhecimento de moradas e ilegitimidade de assinaturas.

TERRENO

VENDE-SE

Para construção e semear com 1850 m2 no sítio de Vale d'Éguas, Telef. 94174 — ALMANSIL.

VENDE-SE

Com chave na mão, uma morada de casas térreas, com 350 m2 de quintal, na Rua dos Combatentes — Campina de Cima.

Informa Telef. 62372 — LOULÉ.

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno
António da Rosa Pereira
da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º C-89, de fls. 70 a 72, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada hoje, na qual:

a) José João dos Tomilhos e mulher, Isabel de Sousa Rodrigues; e

b) Dora Maria Rodrigues dos Tomilhos, e marido, Fernando Madeira Calço; — todos residentes no sítio de Betunes, freguesia de S. Clemente, concelho de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores, em comum e em partes iguais — ou seja em comum e na proporção de 1/2 para cada casal — e com exclusão de outrém, do seguinte prédio:

Rústico, constituído por uma courela de terra de semear, com árvores, no sítio de Betunes, freguesia de S. Clemente, concelho de Loulé, confrontando, actualmente, do nascente com Manuel João dos Tomilhos, do norte com estrada nacional, do poente com Manuel dos Tomilhos e do sul com António Santos, inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo número dois mil oitocentos e sessenta e cinco, com o valor matricial de quatrocentos e quarenta escudos, e o declarado de dezoito mil escudos.

Que ele justificante varão José João dos Tomilhos, é titular da referida inscrição matricial e que o prédio que acaba de ser mencionado, se encontra descrito na Conservatória, do Registo Predial deste concelho, sob o número vinte e nove mil trezentos e nove, a folhas cento e oitenta e quatro, do livro B-setenta e quatro, muito embora não recaia sobre o mesmo qualquer inscrição de transmissão, domínio ou mera posse;

Que o prédio supra descrito lhes pertence, na proporção indicada, porquanto:

Inicialmente, o mesmo havia sido adjudicado na sua totalidade ao ora justificante identificado na alínea a), José João dos Tomilhos, já ao tempo casado com a justificante Isabel de Sousa Rodrigues, na partilha dos bens das heranças abertas por óbito de seus pais, Manuel João dos Tomilhos e Maria das Dores Calço, efectuada entre todos os interessados, em data imprecisa, mas que sabem ter sido por volta do ano de mil novecentos e trinta e dois, por mero contrato verbal, nunca reduzido a escritura pública;

Posteriormente, ter metade indivisa do mesmo prédio, sido doada pelos ora justificantes identificados na

alínea a), a sua filha, a ora justificante identificada na alínea b), Dora Maria Rodrigues dos Tomilhos, sem qualquer reserva ou encargo e com dispensa de colação, por escritura de dezanove de Agosto de mil novecentos e sessenta e oito, lavrada a folhas treze, do livro número C-trinta e cinco, de notas para escrituras diversas, deste Cartório; — sendo também certo,

Que sempre eles justificantes têm vindo a possuir o prédio supra descrito, inicialmente só os doadores, em propriedade singular, e posteriormente à referida doação, em comum com a donatária, e marido, em nome próprio e sem a menor oposição de quem quer que fosse, desde o seu início, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo por isso a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que eles justificantes identificados na alínea a) do primeiro grupo, também já o haviam adquirido por usucapião, ao tempo em que doaram metade indivisa do mesmo, à ora justificante mulher identificada na alínea b), pela citada escritura de dezanove de Agosto de mil novecentos e sessenta e oito.

Que em face do exposto não lhes é possível comprovar a aquisição do prédio supra descrito pelos doadores — os referidos José João dos Tomilhos e mulher — pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 29 de Julho de 1976.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

JOSÉ NEVES LOURENÇO

MEDIADOR DE SEGUROS

Rua Ataíde de Oliveira, 29-1.º

Telef. 62757 — LOULÉ

TERRENO

Vende-se um terreno para construção, com cerca 100 m2, situado na Rua Rainha D. Leonor (a 100 metros da Avenida) com construção autorizada.

Nesta redacção se informa.

VENDE-SE

Propriedades de cortiça nos Concelhos de Loulé, S. Brás de Alportel e Tavira.

Informa Telef. 72142 ou 42335.

A Voz de Loulé, n.º 590, 5-8-76

A. PINTO BARROS, LDA.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 14 do mês corrente, lavrada de fls. 28, v.º a 32, do livro n.º A-89, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre António Pinto Barros, José das Dores Simões de Almeida e José Miranda Queirós, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

Primeiro — A sociedade adopta a firma «A. Pinto Barros, Limitada», tem a sua sede no rés-do-chão, com os números trinta e dois e trinta e quatro de polícia, na Praça da República, desta vila e freguesia de São Clemente, e durará por tempo indeterminado, a partir de hoje.

Parágrafo único — A gerência poderá estabelecer filiais, agências ou delegações onde e quando o julgar conveniente.

Segundo — O objecto da sociedade consiste no exercício do comércio de pronto a vestir, modas e confecções, para homem, senhora e criança, podendo, no entanto, explorar qualquer outra actividade comercial ou industrial em que os sócios acordem e seja permitida por lei.

Terceiro — 1. O capital social é de um milhão de escudos e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são as seguintes:

Uma de seiscentos mil escudos, pertencente ao sócio António Pinto Barros;

Uma de duzentos mil escudos, pertencente ao sócio José das Dores Simões Almeida; e

Outra de duzentos mil escudos, do sócio José Miranda Queirós;

2. O capital subscrito não se encontra integralmente realizado em dinheiro, tendo apenas dado entrada na Caixa Social, quatrocentos mil escudos, do capital subscrito pelo sócio António Pinto Barros e cinquenta por cento do subscrito por cada um dos restantes sócios; — devendo a parte não realizada, dar entrada na Caixa Social, no prazo de um ano, ficando então integralmente realizado todo o capital social.

Parágrafo primeiro — Os sócios são obrigados a entrar com prestações suplementares de capital, quando votadas em Assembleia Geral, que obtenha a unanimidade de votos correspondentes à totalidade do capital social.

Parágrafo segundo — Os sócios poderão fazer suprimimentos à sociedade, na proporção das quotas que possuírem e nas condições a fixar em Assembleia Geral.

Quarto — A cessão de quotas, seja por que título for, fica dependente do consentimento da sociedade, em primeiro lugar e dos restantes sócios, em segundo.

Parágrafo primeiro — Se houver mais de um sócio a preferir a quota, esta será dividida entre os preferentes na proporção das que ao tempo possuírem, ficando desde já autorizada a divisão de qualquer quota para este efeito.

Parágrafo segundo — Salvo acordo em contrário, o preço das quotas, para efeitos do exercício do direito de preferência estabelecido neste artigo, será igual ao seu valor nominal, acrescido da parte correspondente ao fundo de reserva legal e demais direitos que possua na sociedade.

Quinto — Para os efeitos do exercício do direito de preferência estabelecido no artigo quarto, o sócio que pretender ceder a sua quota comunicá-lo-á à gerência, por carta registada, com aviso de recepção, indicando o adquirente e o preço oferecido ou o valor atribuído, no caso de transmissão a título gratuito.

Parágrafo primeiro — Se a sociedade não lhe der qualquer resposta no prazo de trinta dias, contados da data da recepção da comunicação prevista neste artigo, entender-se-á que não dá o seu consentimento à cessão pretendida.

Parágrafo segundo — Na assembleia geral convocada para deliberar sobre a cessão, no caso de estar autorizada, a sociedade e os sócios terão ainda de deliberar se pretendem ou não exercer o seu direito de preferência, sobre pena de se entender que renunciam a esse direito se o não fizerem.

Sexto — A sociedade pode amortizar a quota ou quotas de qualquer sócio nos casos e termos seguintes:

a) por acordo com os respectivos titulares;

b) se tiver sido penhorada, arrestada ou por qualquer motivo sujeita a apreensão ou venda judicial;

c) no caso de a quota ter sido cedida com desrespeito das regras estabelecidas nos artigos quarto e quinto.

Parágrafo primeiro — O sócio titular da quota não será admitido a votar.

Parágrafo segundo — Salvo acordo em contrário, o preço da amortização será igual ao valor nominal da quota, acrescido da parte correspondente nos fundos de reserva legal existentes à data.

Parágrafo terceiro — Deliberada a amortização, esta considerará-se realizada desde logo e, em consequência, o respectivo titular deixará de poder exercer quaisquer direitos na sociedade.

Parágrafo quarto — A amortização considerará-se realizada quer pela outorga de escritura, quer pelo pa-

gamento ou consignação em depósito na Caixa Geral de Depósitos, à ordem do tribunal da respectiva comarca, do preço.

Sétimo — A administração e gerência da sociedade em todos os actos e contratos será exercida por todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração conforme for deliberado em Assembleia Geral.

Parágrafo primeiro — A sociedade fica validamente obrigada, com as assinaturas em conjunto, de dois gerentes, devendo uma delas ser sempre a do gerente António Pinto Barros bastando a assinatura de um só gerente, para os actos de mero expediente;

Parágrafo segundo — A sociedade pode conferir a estranhos poderes de gerência com a amplitude e as atribuições que constarem dos respectivos mandatos e podem os sócios e gerentes delegar em outro sócio e gerente, todos os seus poderes de gerência e de representação da sociedade.

Parágrafo terceiro — Fica absolutamente interdito aos gerentes praticar ou assinar em nome da sociedade quaisquer actos ou documentos alheios ao objecto e interesses sociais, designadamente prestando fianças, abonações, cauções e aceitando ou sacando letras de favor, sob pena de o gerente infractor ser responsável para com a sociedade pelos prejuízos que lhe causar, constituindo-se na obrigação de a indemnizar por tais danos.

Oitavo — No caso de falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, os seus herdeiros ou representantes continuarão na sociedade e escolherão um de entre todos que os represente enquanto a quota se achar indivisa.

Parágrafo primeiro — A indicação do nome do representante escolhido deverá ser feita à sociedade por carta registada, com aviso de

recepção, caso pretenda ter intervenção directa nos negócios da sociedade.

Parágrafo segundo — Não querendo os herdeiros ou o representante do interdito, ou qualquer deles, continuar na sociedade, deverão comunicar-lhe no prazo de sessenta dias, a contar da data do falecimento ou interdição, por meio de carta registada, com aviso de recepção, sendo neste caso a respectiva quota ou parte dela avaliada pela forma consignada no parágrafo segundo do artigo quarto e posta à disposição da sociedade ou dos sócios.

Nono — A sociedade dissolver-se-á nos casos determinados por lei ou por resolução da maioria legal dos sócios tomada em Assembleia Geral.

Décimo — Salvo nos casos em que a lei exige outros requisitos, as assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos, oito dias de antecedência.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 19 de Julho de 1976.

O 2.º Ajudante,

Fernanda Fontes Santana

A Voz de Loulé, n.º 590, 5-8-76

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LOULÉ ANÚNCIO

(2.ª publicação)

Pela 1.ª secção do Tribunal Judicial da comarca de Loulé, correm éditos de 20 dias, contados da 2.ª e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos do Autor **MANUEL DO NASCIMENTO JÚNIOR**, solteiro, maior, proprietário, residente no sítio de Montes Novos, freg.ª de Salir, concelho de Loulé e dos Réus **ANTÓNIO NICOLAU** e mulher **MARIA PIRES GUERREIRO**, ele reformado da Armada e ela doméstica, residentes na rua do Alportel, 205, 1.º, em Faro e **AUGUSTO GUERREIRO** e mulher **OLÍVIA GUERREIRO DE JESUS**, ele trabalhador rural e ela doméstica, residentes no já referido sítio de Montes Novos, para, no prazo de 10 dias posteriores ao dos éditos, reclamarem o pagamento do seu crédito pelo produto do imóvel a vender e sobre o qual tenham garantia real, nos autos de acção especial de divisão de coisa comum n.º 34/75.

Loulé, 14 de Julho de 1976.

O Juiz de Direito,
João Mourão Mendes Leão

O Escrivão de Direito,
a) João do Carmo Semedo

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA de LOULÉ

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

Pelo Juízo de Direito da comarca de Loulé e 1.ª secção, nos autos de acção com processo ordinário de impugnação de paternidade n.º 77/76, em que é o Autor o Ministério Público, nos termos do art.º 1820 do Código Civil, são citados os **HERDEIROS DESCONHECIDOS** de Francisco José Viegas Prado, falecido em 12-2-975, domiciliado que foi na rua Dr. Joaquim Nunes Saraiva, n.º 5, freg.ª de S. Clemente, Loulé, para contestarem, querendo, devendo apresentar a defesa no prazo de 20 dias, que começa a correr depois de finda a dilação de 30 dias, contada da data da 2.ª e última publicação deste anúncio, consistindo o pedido do Autor, em súplica, em a acção ser julgada, provada e procedente e, consequentemente em declarar-se que o referido Francisco José Viegas Prado não era pai da também Ré, Isilda Maria Pires Prado e que esta é filha da Ré Maria da Ponte Pires e de pai natural e ainda ordenar-se a rectificação do correspondente assento de nascimento, como tudo melhor consta do duplicado da petição inicial que se encontra na secção, à disposição dos citandos.

Loulé, 22 de Julho de 1976.

O Jutz de Direito,
a) Jorge Mourão Mendes Leão

O Escrivão de Direito,
a) João do Carmo Semedo

LIÇÕES 8.º ANO

Precisam-se para aluna do ensino unificado (antigo 4.º ano liceal).

Resposta para esta redacção.

PROPRIEDADE

Vende-se uma propriedade com arvoredos, situada junto à fábrica de cerveja Imperial. Excelente para horta ou construção de vivenda. Tem água e luz.

Nesta redacção se informa.

VENDE-SE PRÉDIO

Vende-se uma morada de casas com 6 divisões no sítio da Renda, freguesia de S. Sebastião. Tem cisterna e logradouro e ainda 2 courelas de terra também no sítio da Renda e a 50 metros da casa.

Tratar com João Marçal — LOULÉ.

LOULÉ



AGRADECIMENTO

MANUEL PIRES

Sua família vem por este meio testemunhar o seu reconhecimento a todas as pessoas que compartilharam da sua grande dor, e se dignaram acompanhar à última morada o seu saudoso e chorado extinto, não o fazendo pessoalmente, como era de seu desejo por desconhecimento de moradas e ilegitimidade de assinaturas.

MÁRIO SOARES E O PROGRAMA DO I GOVERNO CONSTITUCIONAL

O primeiro ministro Dr. Mário Soares, apresentou na 2.ª feira, à Assembleia da República, nos termos da Constituição, o programa do Governo socialista, que será objecto, nos próximos dias, de debate naquela câmara Política.

Na ocasião o chefe do Governo proferiu um longo discurso, no qual procurou sintetizar e definir as grandes linhas de força do programa e chamar a atenção da Assembleia para a filosofia política a ele subjacente.

Transcrevemos para os nossos leitores algumas passagens desse discurso:

Aludindo à relação entre Governo e oposição, o dr. Mário Soares manifestou a vontade de estabelecer «um novo estilo». «Durante dois anos de experiência revolucionária que vivemos — asseverou — muitas vezes também aqueles que se definem como opositores dos governos revolucionários, não tiveram melhor estatuto do que tinham antes os opositores no tempo do antigo regime».

Disse ser necessário que o Governo mantenha a oposição permanentemente informada e respeitosa escrupulosamente o estatuto dessa mesma oposição, assim como os sindicatos, as comissões de trabalhadores, as cooperativas e as organizações populares de base.

«O Governo procurará por todas as formas — disse — fomentar o associativismo e, se bem que considere, porque pensa ser e é um Governo ao serviço dos trabalhadores, prioridade fundamental dialogar com as classes trabalhadoras, pensa não obstante que deve fazê-lo igualmente com as associações de tipo patronais».

Enunciou uma série de medidas muito concretas, as quais abrangem os diversos sectores da sociedade portuguesa. Neste capítulo, foram feitas algumas importantes revelações.

A primeira diz respeito à criação de uma comissão que se encarregará da reestruturação da Administração Pública. Conforme asseverou, deverá ser submetido até 15 de Novembro à Assembleia da República o respectivo projecto de diploma.

Relativamente às autarquias locais, espera-se que a lei referente às eleições esteja publicada até 10 de Outubro, na medida em que elas terão de ser realizadas até 15 de Dezembro. Logo que o texto esteja pronto, o Governo tenciona ter encontros com os grupos parlamentares para discutir este assunto.

Noutra passagem, Mário Soares daria mostras de grande firmeza ao notar que todos têm de estar subordinados à lei e as decisões dos tribunais têm de ser cumpridas. Nesta ordem de ideias, destacou que o Governo não admite sequestros de pessoas como forma de luta nem certo tipo de ocupações selvagens.

Disse, também, que o Governo organizará os seus serviços policiais de forma a reprimir a actividade da extrema-direita, a qual, segundo afirmou, se tem feito sentir através de atentados bombistas. Esta posição seria aplaudida não só pelos socialistas mas, também pelos social-democratas e centristas.

O sector económico ocuparia largamente, Mário Soares, quando se propôs abordar o capítulo «planear e reorganizar a economia». Assim ficámos a saber que o plano deverá ser «imperativo» quanto ao sector público e de «referência» para a iniciativa privada, de maneira a que se crie uma «existência concorrencial» entre os dois sectores.

Para que não haja ilusões, o chefe do Governo afirmou: «Não aceitaremos a recuperação capitalista» nem «caminharemos para uma forma de capitalismo de Estado de fachada socialista».

No entanto, procurar-se-á reanimar a iniciativa privada que durante muito tempo hesitou e que começa a sentir que as regras do jogo estão definidas.

Propôs-se, ainda, introduzir alterações na regulamentação criada sobre investimentos estrangeiros no nosso país, as quais constarão de um diploma que levará à Assembleia da República. Além disso, procurará regular e estabilizar as relações do trabalho, no que respeita a conquistas dos trabalhadores.

Todavia, de todas as medidas anunciadas, as que mais poderão ter causado impacto são as que se reportam ao plano sindical para que seja revogada a lei da unicidade sindical, considerada anticonstitucional (aplausos do PS, PPD e CDS), bem como será revista até 15 de Outubro a Lei da greve.

O Governo pensa criar legislação sobre a contratação colectiva de trabalho, da qual depende em boa parte o futuro da nossa economia, conforme acentuou, sobre as associações patronais e sindicais sobre a segurança no trabalho, sobre o trabalho doméstico. Quanto ao diploma sobre o controlo operário, que não foi promulgado pelo presidente da República cessante, vai ser reelaborado pelo actual Governo e enviado à Assembleia.

O BARULHO DAS MOTORIZADAS

Fomos informados que ultimamente a P. S. P. de Loulé tem autuado numerosos motociclistas por excesso de barulho das suas motorizadas, atitude que tem contribuído um pouco para forçar alguns a evitarem ruídos desnecessários das suas infernais máquinas, algumas das quais são muito habilidosamente preparadas para aumentar o seu característico barulho, o que evidencia o excessivo aparato dos seus proprietários.

Também fomos informados que ultimamente estão sendo transportados para o Posto da P. S. P. todas as bicicletas en-

sembleia da República até 15 de Outubro.

O primeiro-ministro anunciou, igualmente, que haverá restrições drásticas às importações, será encorajado o turismo, e se procurará captar poupanças dos nossos emigrantes e se procederá à elaboração da regulamentação estrita em matéria cambial.

Asseverou, também, que se não prevê o agravamento de impostos, embora seja intenção do presente Governo rever as taxas de desconto para a Previdência. Do mesmo modo, preveniu para o facto de em qualquer altura «podermos ser levados a recorrer a certos esquemas de poupança forçada». Como exemplo apontou a possibilidade de 50% do subsídio de Natal poder vir a ser pago em títulos de dívida pública.

Outros aspectos foram desenvolvidos pelo dr. Mário Soares, que se prendem não só com a economia mas, também, com o ensino, com as questões de ordem social e com a política externa. Nestes capítulos foi minucioso ao dar a conhecer o que o Governo tenciona fazer nos próximos anos.

As vantagens da utilização das Águas de Carvalhelhos

Carvalhelhos, um pequeno rincão do continente português, é uma povoação do concelho de Boticalha, situada no extremo norte da Província de Trás-os-Montes, distrito de Vila Real, à altitude de 775 metros, donde se disfruta uma paisagem singular e magestosa oferecida pela região do Barroso.

Ligada ao nome originário das suas águas, o valor mineralógico destas é de há muito conhecido, pois há cerca de 120 anos que se vêm notabilizando as suas propriedades de cura nos mais diversos males e ultimamente mais se têm evidenciado os seus resultados positivos e catagóricos, mercê dos seus efeitos e salutares feitos.

Contém as Águas de Carvalhelhos elementos em doses diminutas o que é muito importante, sobretudo quando se tra-

III ENCONTRO NACIONAL DOS HOSPITAIS

Movimento Nacional dos Hospitais

Representantes dos Hospitais Distritais Centrais, Especializados e os Concelhos, reuniram-se há dias em Quarteira, num III Encontro após o 25 de Abril, para continuarem o «Movimento» que tendo como ponto de partida uma assistência hospitalar misericordiosa ou caritativa, conforme a concebeu a rainha D. Leonor, passou a inscrever-se no artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa, promulgada em 2 de Abril de 1976, como «...direito à protecção da saúde e dever de a defender e promover», através da criação «... de um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito...».

Para a consagração de um tal princípio na Lei fundamental do País terá sem dúvida, contribuído o trabalho ininterrupto do inicialmente chamado Secretariado Nacional dos Hospitais, constituído por 4 Hospitais por cada uma das três zonas (Norte, Centro e Sul), eleitos, democraticamente, anualmente, pelos restantes, pois através das 30 reuniões que realizou, reforçou a sua organização interna, tornou-se um interlocutor obrigatório da Secretaria de Estado da Saúde e da Direcção Geral dos Hospitais, reprovou e tornou inexecutável um projecto de Serviço Nacional de Saúde, e formulou, logo nas conclusões do I Encontro, realizado em Aveiro, em 19, 20 e 21 de Julho de 1974, os

grandes princípios gerais da descentralização, através da criação de Administrações Distritais dos Serviços de Saúde (ADSE) e seus órgãos concelhios, Comissões Integradoras dos Serviços de Saúde Locais (CISSL), das bases de um Serviço Nacional de Saúde Português, que há dias ouvimos, com surpresa, proclamar, televisivamente, pelo último Ministro de Assuntos Sociais de Governos Provisórios.

O III Encontro, organizado pela zona sul e tendo como coordenação o Hospital de Faro, ficou, sem dúvida, assinalado pelo ingresso no Movimento dos Hospitais Concelhos já que, desde início, esse ingresso foi voluntário e facultativo, além de apatidário, e também pela aprovação de medidas concretas para pôr de imediato a trabalhar as administrações distritais de Saúde que terão, de pôr em prática o preceito constitucional acima enunciado, com todas as dificuldades que tal implica, dificuldades que os largos milhares de Trabalhadores de Saúde de todo o Portugal, Hospitais, «Caixas, Centros de Saúde, etc. não deixarão de superar, em cada região conforme as suas características próprias, encontrando as soluções realistas e concretas que pressupõem, a todos os níveis a colaboração dos utentes.



pósito algum pelo repouco, não se alterando com o tempo e conservando sempre a sua composição inicial, o que muito as beneficia porque, sem perderem as suas qualidades, podem ser usadas longe das nascentes.

Um ponto que não queríamos deixar por referir é o valor que o teor em flúor pode conferir a esta água e o seu aproveitamento nas crianças, na odontogénese e na prevenção da cárie dentária. Deve ser pois uma água que tanto interessa à pediatria como à geriatria, nesta última pelo fornecimento de oligoelementos de mineralização e até talvez, de transmineralização.

«Amplas Liberdades!...»

Alguns camponeses polacos, que estavam a construir uma capela na aldeia de Gorki, foram cruelmente espancados pela Milícia que caiu sobre eles com cães policiais.

As «amplas liberdades» de crença e culto nos países comunistas estão à vista!

Reservas de ouro de Portugal

O Banco de Portugal revelou que as suas reservas de ouro e divisas se cifram presentemente em 40 milhões de contos.

O que seria, se não fosse a famigerada «pesada herança do fascismo»!...

ta de corpos como o bromo, o iodo, o flúor, etc.

Dada a sua fraca mineralização, pelo facto de não conter substâncias tóxicas, podem ser ingeridas em quantidade relativamente grande, o seu emprego pode ser prolongado durante largo período, actuando assim lenta e eficazmente sobre o organismo.

As impressionantes curas, os excelentes efeitos sedativos e curativos em portadores de doenças de pele e das mucosas, duodenites, enterites, colites, gastro-enterocolites nefropatias, vão paulatina e firmemente delimitando as indicações clínicas destas já afamadas águas.

Além do que fica dito, as Águas de Carvalhelhos possuem uma enérgica acção antitóxica, segundo o exame atento da sua composição.

O papel de primacial importância que as Águas de Carvalhelhos desempenham, devido às suas excelentes características, verifica-se na normalização da vida celular no organismo e na eliminação ou modificação conveniente das substâncias nocivas ou tóxicas.

Indubitavelmente, as Águas de Carvalhelhos constituem um agente profilático e curativo de inconfundível mérito no tratamento das doenças da pele e das do fígado, das vias biliares, das mucosas, do aparelho digestivo, rins e da bexiga.

O seu sabor é bastante especial, mas muito agradável e leve. Não causam sensação alguma de peso no estômago, quando ingeridas em grande volume, o que se explica pela sua baixa mineralização.

Têm ainda estas águas a característica de não deixarem de-

contradas na via pública sem chapa de matrícula.

Esta vigilância policial só não tem sido mais apertada por flagrante carência de elementos da P. S. P. no posto de Loulé.

O previsto e desejado aumento da unidade só não foi ainda concretizado devido às péssimas condições do posto.

Esperamos no entanto que a Câmara resolva esse problema com a transferência da G. N. R. para o edifício da cadeia (que já deixou de o ser), e da P. S. P. para as actuais instalações da G. N. R., o que se nos afigura como uma boa solução, que desde há bastante tem sido falada.